

## PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

**Bianca de Oliveira Araujo<sup>1</sup>; Marisa Leal Correia Mélo<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Bolsista PROBIC do Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva, Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: biabore@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientadora, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: marisacmelo@gmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Permanente em Saúde, Agente Comunitário de Saúde, Estratégia Saúde da Família.

### INTRODUÇÃO

Desde que foi criado, o SUS já provocou profundas mudanças nas práticas de saúde, mas ainda não o bastante. Para que novas mudanças ocorram, é preciso haver também profundas transformações na formação e no desenvolvimento dos profissionais da área, cabendo ao Ministério da Saúde, junto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde mostrar caminhos para a formação de novos profissionais e para aperfeiçoar o pessoal que está no SUS (BRASIL, 2005).

Neste sentido a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) foi criada em 2004, e implementada em 2007, com o intuito de promover a aprendizagem no trabalho, onde o processo de aprendizagem esteja inserido no cotidiano do trabalho (BRASIL, 2004). De acordo com o estabelecido nessa política as práticas educativas para os trabalhadores de saúde devem tomar como eixo a Educação Permanente em Saúde (EPS), sendo produzidas de forma compartilhada entre os membros da equipe de saúde através da identificação das situações problemas evidenciadas no cotidiano do trabalho e da busca da integralidade das ações.

Nas Unidades de Saúde da Família (USF), o Agente Comunitário de Saúde (ACS) é tido como elo entre o serviço de saúde e a comunidade em que vive e trabalha, assim é imprescindível que sejam adotadas formas abrangentes e organizadas de aprendizagem no seu processo de formação e de desenvolvimento (SILVA, DALMASO, 2002). Nesta direção, as ações educativas para os Agentes Comunitários de Saúde devem ser identificadas a partir do perfil sanitário da população adscrita à Unidade de Saúde da Família e das necessidades de aprendizagem referidas pelos próprios agentes e pelos demais integrantes da equipe.

Dessa forma, os objetivos deste estudo foram: descrever as práticas educativas implementadas para os ACS e se estas estão na direcionalidade dos princípios da Educação Permanente; e identificar as contribuições das práticas educativas realizadas com os Agentes Comunitários de Saúde para o desenvolvimento do seu trabalho.

### METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, que teve como sujeitos de estudo, 11 Agentes Comunitários de Saúde da Unidade de Saúde da Família a USF do Conjunto Habitacional Feira VI, Bairro Campo Limpo, do município de Feira de Santana-Bahia.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semi-estruturada, onde, os entrevistados puderam discorrer levemente sobre o tema proposto. Para a organização e a análise dos dados utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo. Foram considerados, no estudo, os aspectos éticos da Resolução 196/96.

### ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apontaram que as práticas educativas para os ACS são realizadas, principalmente, pela enfermeira, pela dentista e por estudantes da Universidade Estadual de

Feira de Santana (UEFS) que realizam estágio na USF, sendo as palestras, as oficinas e os treinamentos, as mais referidas. Dentre as citadas pelos entrevistados a que está mais na direção da proposta da EPS é a Oficina, pois permite o diálogo e a construção do conhecimento através da discussão em grupo.

Os entrevistados referiram ainda que, durante a maioria das práticas educativas é estabelecido o diálogo, havendo interação e trocas de conhecimentos entre os ACS e aqueles que estão na coordenação do evento, o que os deixa à vontade para participar e expor as dúvidas sobre a temática.

O modelo dialógico no campo da educação alinha-se à proposta da EPS, que toma como um dos eixos as metodologias ativas da aprendizagem. Surge como resposta inovadora o enfoque problematizador, que busca a articulação entre teoria e prática, a participação ativa do educando e a problematização da realidade. Fundamenta-se no diálogo entre o educando e o educador, num aprender mútuo (LOPES et.al, 2007).

Isso demonstra que há um avanço na USF, com relação à construção de um aprendizado participativo, em que, os ACS são colocados, neste aspecto, como sujeitos do processo de aprendizagem.

Outro aspecto abordado pelos entrevistados foi com relação aos recursos didáticos utilizados nas ações educativas. Referem que, quando as ações educativas são realizadas pelos estudantes há uma maior variedade destes recursos e de equipamentos, sendo utilizados o computador, o data-show e materiais impressos. Alguns destacam que os impressos são muito importantes para consultas posteriores facilitando assim o seu trabalho.

Segundo Ferreira e Silva Júnior (1986) durante as ações educativas os recursos audiovisuais estimulam os sentidos que não são despertados pela linguagem oral. Além disso, o sentido que mais influencia na aprendizagem é a visão, dessa forma, aliando-se a linguagem oral aos materiais visuais vai ser alcançada uma maior apreensão do que está sendo exposto, e consequentemente uma maior aprendizagem.

Quando questionados sobre as contribuições das práticas educativas para o desenvolvimento do seu trabalho os resultados apontam que as práticas educativas contribuem para o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde na medida em que: permitem conhecer assuntos novos para serem levados a comunidade e, dessa forma responder às suas dúvidas; relembrar assuntos já vistos anteriormente e que são pouco utilizados no cotidiano do trabalho; não os deixar acomodados e os incentivar a estar buscando aprender mais; estimular, na estratégia saúde da família, a atenção ao indivíduo e a família, compreendendo este indivíduo na sua singularidade.

Este posicionamento reforça a importância de eventos desta natureza para que o trabalho desenvolvido pelos Agentes Comunitários de Saúde esteja na direcionalidade do que é estabelecido pelo SUS em que o indivíduo deve ser atendido de forma equânime, integral e considerando a sua individualidade.

É importante destacar a colocação dos Agentes Comunitários de Saúde de que a realização de atividades educativas incentiva-os a aprender e a ampliar o seu conhecimento, assim como se constitui num elemento motivador para o trabalho, já que estimula a aprendizagem, a procura pelo saber e o aperfeiçoamento das práticas profissionais. Essa colocação permite perceber uma das finalidades da Educação Permanente em Saúde que é fazer com que as atividades educativas suscitem nos profissionais o interesse em ampliar sua área de competência, incentivando-os e motivando-os a transformar as suas práticas de trabalho.

Dessa forma, ao perceberem a importância das ações educativas que são implementadas em atenção às suas necessidades de aprendizagem, os Agentes Comunitários de Saúde aumentam as possibilidades para o desenvolvimento de competências para o trabalho realizado frente ao indivíduo, família e comunidade.

## CONCLUSÃO

Levando em consideração que as ações educativas para os ACS devem tomar como referência as propostas da EPS, os resultados deste estudo mostraram que as práticas educativas para os ACS na UFS do Feira VI tem estado muito próximo do proposto pela EPS.

Nessa USF são implementadas práticas educativas participativas e dialógicas em que os ACS são colocados como sujeitos do processo de aprendizagem, onde participam ativamente das discussões nas ações educativas e geralmente escolhem os temas abordados.

Além disso, os ACS percebem a importância das atividades educativas para o desenvolvimento do seu trabalho.

Levando em consideração que a educação é a fonte de conhecimentos e de mudanças e que a aprendizagem é um processo contínuo e dinâmico, é imprescindível que as práticas educativas para os Agentes Comunitários de Saúde da Unidade de Saúde da Família estudada se apoiem na proposta da Educação Permanente em Saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. 2004. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a política nacional de educação permanente em saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 fev.

BRASIL. 2005. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. A educação permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde - conceitos e caminhos a percorrer. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

FERREIRA, Oscar Manuel de Castro; SILVA JUNIOR, Plinio Dias da. 1986. **Recursos audiovisuais no processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: EPU, 144 p.

LOPES, Sara Regina Souto; PIOVESAN, Érica Torres de Almeida; MELO, Luciana de Oliveira; PEREIRA, Márcio Florentino. 2007. Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde. **Com. Ciências Saúde**. 18(2):147-155.

SILVA, Joana Azevedo da; DALMASO, Ana Sílvia Whitaker. 2002. O agente comunitário de saúde e suas atribuições: os desafios para os processos de formação de recursos humanos em saúde. **Comunicação, saúde, educação**. v. 6, n. 10, p.75-96, fevereiro.